Informativo

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL DOS EMPREENDIMENTOS MARÍTIMOS DA PETROBRAS NA BACIA DE SERGIPE - ALAGOAS

EDIÇÃO 1 - 2024

A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

Vamos relembrar alguns aspectos do descomissionamento, principal atividade da Petrobras em águas rasas em Sergipe

Você já se perguntou o que acontece depois que um sistema de produção chega ao fim de seu ciclo de vida? Há cerca de um ano abordamos pela primeira vez, tanto neste informativo quanto nas reuniões anuais do Programa de Comunicação Social Regional, o tema do descomissionamento, que é o nome dado ao conjunto de procedimentos previstos pela legislação para serem realizados em instalações de petróleo e gás quando a produção de um campo se encerra definitivamente.

Panorama das plataformas de águas rasas em Sergipe, com vista do litoral de Aracaju

Hoje, a atuação da Petrobras em águas rasas no litoral de Sergipe é toda voltada para essa atividade. Com a atividade de produção interrompida desde março de 2020, quando informou aos órgãos de controle que não mais teria interesse em prosseguir com as cinco concessões marítimas localizadas no estado, a empresa vem se estruturando para executar, de forma coordenada, todas as etapas necessárias ao descomissionamento das 26 plataformas, poços de produção, dutos de escoamento e estruturas associadas. Nesta edição do informativo, vamos atualizar a situação da atividade e abordar alguns aspectos relevantes do que está por vir.

Arcabouço legal

Em outros países produtores de petróleo, como os Estados Unidos, o descomissionamento já vem sendo realizado há bastante tempo. No caso da Petrobras, somente nos últimos anos a companhia tomou a decisão de não mais seguir com a produção de campos maduros, tendo realizado o descomissionamento de campos como o de Cação, localizado no Espírito Santo, e de algumas plataformas do tipo FPSO (que podem ser deslocadas da locação onde produziam), como a do Campo de Piranema, em Sergipe, e, mais recentemente, de algumas plataformas da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro.

Do ponto de vista legal, o processo prevê inicialmente a apresentação, à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de um documento que fornece a justificativa quanto à não continuidade da produção. Um segundo tipo de documento busca informar, de forma detalhada, como ocorrerá a atividade em todas as suas etapas. Conhecido como Programa de Descomissionamento de Instalação (PDI), esse documento precisa da aprovação da ANP, do IBAMA e da Marinha do Brasil.

Num PDI são considerados os aspectos como limpeza e preparação das plataformas, dutos e equipamentos; o tamponamento seguro e definitivo dos poços; a desconexão das plataformas e destinação das estruturas; o tratamento, destinação final de resíduos e disposição ambientalmente adequada de rejeitos; e o desmantelamento e reciclagem das partes das plataformas.

A Petrobras apresentou os PDIs referentes aos 5 campos de Sergipe - Caioba, Salgo, Camorim, Guaricema, Dourado - e, em separado, o da plataforma PCM-11. Em todos os casos, o documento tratou conjuntamente das plataformas e dos poços, enquanto as informações sobre sistemas submarinos serão apresentadas posteriormente. A empresa recebeu Parecer de Interferência Prévia da Marinha (que corresponde ao "nada a opor"). Com relação ao IBAMA, que enviou pareceres técnicos relativos aos PDIs, cabe ainda à Petrobras a revisão dos documentos para as adequações solicitadas pelo órgão ambiental.

Enquanto esse processo está em andamento, a empresa segue realizando atividades de rotina para permitir que as 26 plataformas estejam prontas para o descomissionamento. A Unidade de Negócios de Gestão de Ativos em Descomissionamento (UN-GAD) é a responsável por essa preparação das instalações localizadas nos campos marítimos de Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. Sediada em Aracaju, a unidade tem, entre suas principais atividades, a inspeção de dutos submarinos, a limpeza e intervenção em poços para garantir sua integridade, a adequação das plataformas em aspectos como segurança, condição de acesso e a manutenção geral em sua estrutura.

Etapas do descomissionamento

À medida que o trabalho de preparação das instalações vai avançando, as demais áreas da Petrobras podem iniciar as etapas do descomissionamento propriamente dito, ou seja, a desativação completa e o tamponamento de poços (o chamado abandono de poço), a desconexão dos poços e dutos submarinos e, finalmente, a remoção das plataformas para locais licenciados e onde possa haver o chamado desmantelamento de forma segura e rastreável quanto ao destino de todos os materiais.

No caso de Sergipe, a remoção das plataformas só pode ser realizada após a realização do abandono dos poços, já que a grande maioria delas tem as "cabeças dos poços" interligados às plataformas. Para essa atividade, estão sendo contratadas sondas para realizar campanhas por etapas até a conclusão volume total de mais de 160 poços.

Na imagem, poços da plataforma PCM-9

Essas sondas podem ficar anexas ou ao lado das plataformas. Um dos equipamentos que poderá ser avistado com facilidade da costa, por ter uma dimensão maior que as plataformas locais, é conhecido como plataforma autoelevatória (P.A.), e deverá chegar a Sergipe em março de 2025, ficando no litoral sul de Aracaju por cerca de seis meses ao lado das plataformas para realizar o abandono de poços. Esse equipamento é transportado por rebocadores, tem "pernas" que elevam a uma altura superior à da plataforma, conseguindo fazer a intervenção nas colunas dos poços.

Continua na pág 2

Encontro do PEAC reúne representantes de Sergipe e Bahia com as comunidades
Página 3

Plano de Compensação da Atividade Pesqueira avança em cinco regiões de Sergipe e Bahia
Página 4

Círculos de Reestruturação atualizam linhas de atuação
Página 5

Plataforma autoelevatória - equipamento que é transportado por rebocadores e permanece ao lado de uma plataforma para realizar intervenção nos poços para sua desativação (abandono de poço)

No seu auge, as atividades de descomissionamento contarão com operações simultâneas de abandono de poços, remoção de plataformas e desconexões submarinas, uma vez que, vencida a sequência de etapas numa determinada área, elas migram sucessivamente para outra.

A previsão de duração de todos os projetos de descomissionamento no estado é de pelo menos 11 anos, dado o volume de instalações e serviços, a sensibilidade ambiental dos campos de águas rasas, entre outros fatores, podendo haver ajustes nos cronogramas a depender, também, da interlocução com os órgãos de controle quanto às alternativas técnicas e ambientais para sua execução. Em todo esse período, a empresa irá disponibilizar informações variadas sobre as atividades, dando conta de seu estágio e de possíveis interferências com outras atividades no entorno.

26 PLATAFORMAS FIXAS

30.460 TONELADAS

164 POÇOS

314 KM DUTOS RÍGIDOS

Campos a serem descomissionados em Sergipe

- **Camorim** (11 plataformas)
- **Caioba** (4 plataformas)
- **Dourado** (3 plataformas)
- **Guaricema** (7 plataformas)
- **Salgo** (1 plataforma)

Etapas da atividade de descomissionamento

Documentação: apresentação de justificativa para o descomissionamento à ANP; apresentação dos Programas de Descomissionamento das Instalações para aprovação da Marinha do Brasil, ANP e IBAMA.

Preparação das plataformas: adequação dos acessos, garantia das condições de manutenção e segurança, limpeza de equipamentos.

Inspeção e limpeza de dutos: intervenções para garantir a integridade dos dutos, executar limpeza dos dutos para eliminar todos os resíduos.

Abandono de poços: conjunto de intervenções para a total desativação de um poço produtor, impedindo a passagem de óleo e gás.

Desconexão e retirada das plataformas: desconexão das plataformas com poços e dutos submarinos; retirada das estruturas da plataforma, começando da parte mais alta até a base.

Destinação e reciclagem das plataformas: envio das plataformas para locais licenciados para que suas partes possam ser destinadas de forma ambientalmente sustentável e rastreável.

Encontro do PEAC reúne representantes de Sergipe e Bahia para discussão e articulação com as comunidades

Entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2023, a cidade de Aracaju recebeu o XII Encontro do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (EPEAC). O evento reuniu cerca de 200 pessoas de toda a costa sergipana e do norte da Bahia, e teve a participação do Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais (FTC) de Sergipe, Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, o Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale da Ribeira, de São Paulo, e representações da Casa Sueli Carneiro, do Piauí, e do coletivo Caranguejo Tabaiares, de Recife.do total desembarcado de 2018 a 2023.

Mesa de abertura do XII EPEAC

O evento buscou articular as 98 comunidades dos 12 municípios da área de abrangência do PEAC que, a partir dos princípios da Educação Ambiental Crítica, buscaram o fortalecimento comunitário e a construção de redes de luta, de caminhos e de estratégias que pudessem contribuir na produção e na defesa da vida.

Com o tema "(Re)Conectar Redes de Lutas em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais", o evento foi articulado pela 5º Gestão do Conselho Gestor, eleita em 2018 no X EPEAC. A gestão iniciou processos que atualmente fazem parte do arco de atuação do PEAC, dentre eles, o início da Política de Gerenciamento Costeiro, que é acompanhada pelo Projeto Compartilhar. No período da pandemia, em que o Conselho passou a reunir-se virtualmente em função da imposição de isolamento social, foram construídos diversos diálogos com as instituições que integravam a Coordenação Executiva do PEAC. Tais diálogos resultaram em ações para o combate a dificuldades agravadas naquele momento, como a distribuição de cestas básicas e botijões de gás.

Diante dos desafios apontados para a 6ª gestão, indicou-se como temática central ao XII EPEAC a perspectiva de articulação entre os povos tradicionais, comunidades ribeirinhas, estuarinas, quilombolas e extrativistas para enfrentar os desafios para a defesa dos territórios de vida.

Repleto de intensos debates em sua plenárias, mesas e grupos de trabalho, além de celebrações e expressões de resistência, através das manifestações da cultura popular, o XII EPEAC se constituiu a partir de uma diversidade de espaços que possibilitaram o diálogo entre os povos, a troca de experiências e o fortalecimento dos laços de solidariedade.

Participantes do XII EPEAC reunidos na quadra do colégio Intellectus, em Aracaju

Marcha pela Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizada no Centro de Aracaju

Destaques

Um dos pontos de destaque do evento foi a realização da I Marcha em Defesa da Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais. O ato ocorreu no centro da cidade de Aracaju na manhã do dia 16 de dezembro, com concentração na praça Fausto Cardoso em direção à praça General Valadão, espaços tradicionais de manifestação localizadas na parte central da capital.

Outro destaque do encontro foi a renovação dos membros do Conselho Gestor, que assumiram o compromisso de continuidade dos trabalhos de representação de suas comunidades. Os delegados escolhidos pelas próprias comunidades durante o processo de mobilização elegeram 48 membros do Conselho, dos quais 62% são mulheres.

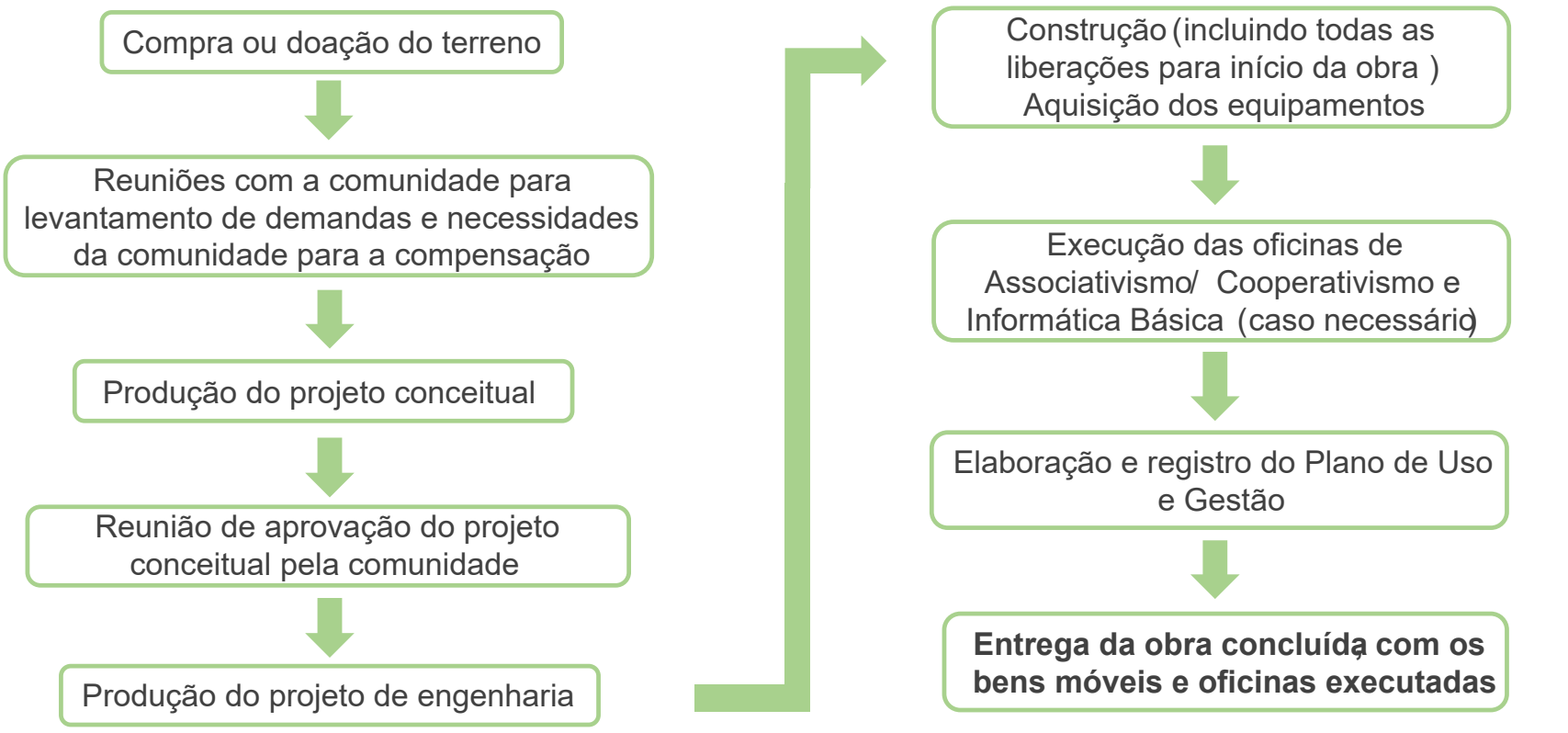
Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) avança em cinco regiões de Sergipe e Bahia

O Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP), condicionante exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, pela interferência de empreendimentos da Petrobras (Bacia de Sergipe-Alagoas) na atividade pesqueira, segue avançando com a execução de projetos nos 10 municípios costeiros de Sergipe e nos dois do norte da Bahia (Jandaíra e Conde).

Do total de 98 projetos, 53 foram declarados como compensados pelo IBAMA. 41 deles estão em andamento e quatro tiveram suas atividades concluídas com os respectivos relatórios enviados para o órgão licenciador.

Ao longo do primeiro semestre de 2024, a Petrobras implementou diversas ações nas comunidades a fim de promover avanços nas compensações. Dentre elas, realizou a aquisição de cinco terrenos/imóveis em favor das entidades representantes das seguintes comunidades: Areia Branca (Aracaju), Porto d'Areia, Abaís e Colônia de Pescadores Z-04 (Estância) e Barra de Itariri (Conde-BA).
No momento, existem 13 projetos de construção que se encontram nas seguintes fases: 2 em fase construção (Atalaia Velha e Boca do Rio/Farolândia, em Aracaju); 4 em fase de licitação - Coqueiro (Jandaíra-BA), Indiaroba Sede, Ilha Mem de Sá e Colônia Miranda (São Cristóvão); 2 em fase de detalhamento de projeto (Coroa do Meio, em Aracaju, e Santana dos Frades, em Pacatuba); e 5 em fase de levantamento de necessidade: Abaís, Colônia Z-04 e Porto d'Areia, em Estância, Areia Branca (Aracaju), Barra de Itariri (Conde).

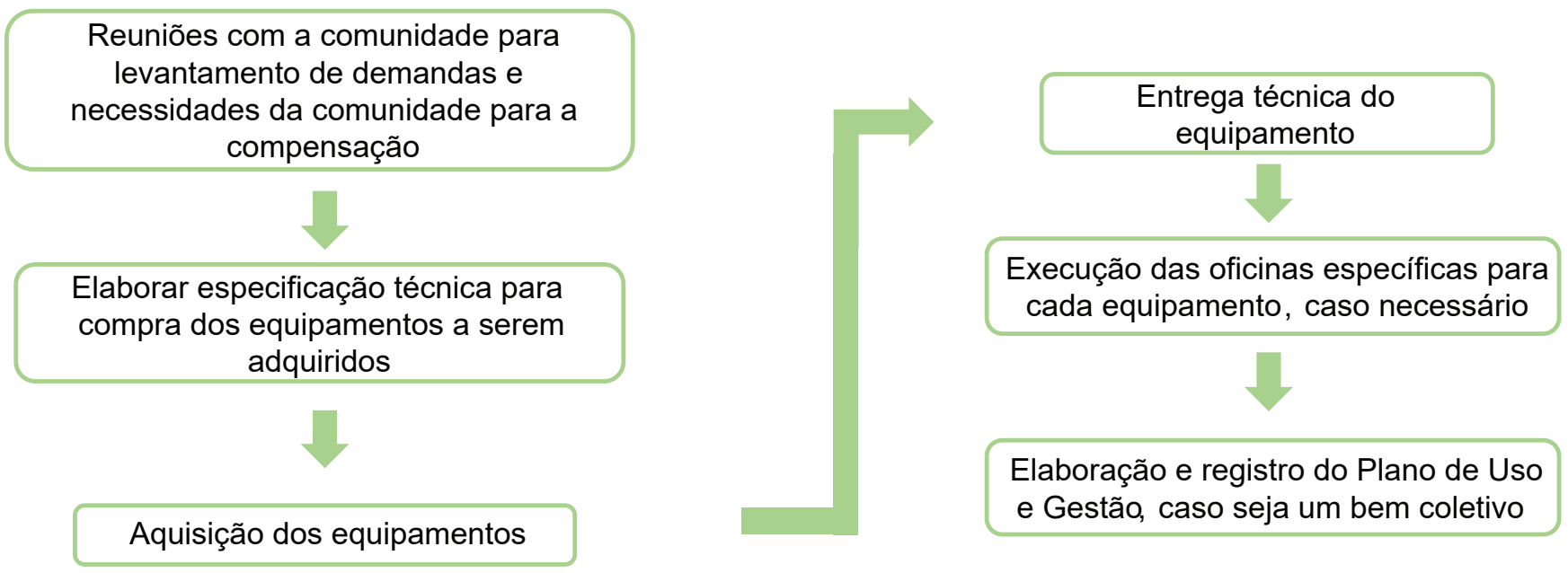
Veja o fluxograma do processo para os projetos de compensação envolvendo construção de imóveis:



Equipamentos e bens móveis

A Petrobras identificou comunidades que manifestaram, como opção de projeto de compensação, a aquisição de equipamentos e bens móveis, a exemplo de embarcações, motores de rabeta, equipamentos de proteção individual (EPI), petrechos de pesca e equipamentos para melhoria na comercialização do pescado e marisco. São elas: Poças (Conde), Sede de Pirambu, Costa Azul (Jandaíra), Ilha Grande e Apicum (São Cristóvão) e Rua da Palha (Santa Luzia do Itanhi). Algumas dessas comunidades solicitaram cursos específicos, a exemplo de culinária regional, mecânica de motor de rabeta, direito e cidadania e estratégia turística. Os cursos serão ministrados localmente nos próximos meses.

Conheça o fluxograma do processo de compensação no caso de aquisição de equipamentos e bens móveis.



Círculos de Reestruturação atualizam linhas de atuação do Observatório Popular das Violências pelas Vidas das Mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais

Marisqueiras em reunião junto à equipe do Observatório Popular das Violências

Durante o mês de maio deste ano, o Círculo de Reestruturação do Observatório Popular das Violências pelas Vidas das Mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais buscou atualizar as linhas de atuação do Observatório junto às lideranças do Movimento das Marisqueiras de Sergipe.
Realizado em quatro encontros nas comunidades de Pedra Furada (Santa Luzia do Itanhi), Pontal (Indiaroba), Aguilhadas (Pirambu) e Ouricuri (Estância), o Círculo possibilitou a escuta entre companheiras, a contação de memórias que lhes trouxeram até aqui e a afirmação de ações desse espaço com mulheres de povos e comunidades tradicionais.

A instalação do Observatório, em 2019, envolveu um conjunto de coletivos de mulheres. Além disso, no mês de outubro aconteceu um encontro ampliado com os demais coletivos de mulheres para dar continuidade ao diálogo, ao cuidado e às ações. Ao longo dos encontros, foi realizada uma dinâmica com fotos das participantes, em que elas puderam revisitar suas histórias, desde quando chegaram ao Movimento, até as memórias atravessadas pela violência de gênero, de racismo, de intolerância religiosa.

No Círculo, a escuta das violências sofridas afirmou a presença do apoio mútuo entre mulheres marisqueiras e a importância de assegurar os espaços de cuidado, de formação e em rede. Esta é uma demanda realizada a pedido do Movimento de Marisqueiras de Sergipe para a realização do “Narratório de Saúde mental Coletiva: o Trabalho da Marisqueira”, espaço que visa acolher as observações do cotidiano nas comunidades e compor uma narrativa coletiva de seus sofrimentos, formas de apoio mútuo e estratégias de enfrentamento em articulação com as políticas públicas locais.

O espaço narratório foi ideia da analista do PEAC, marisqueira Elienaide Flores, para que o Observatório assegurasse um espaço coletivo de fala e escuta das mulheres e para as mulheres, com o ápice do Círculo de maio, onde foi realizada uma roda para dialogar sobre a atenção às palavras que machucam e as palavras que cuidam, conjugando os verbos calar, falar, cuidar e lutar.
“Entrei no movimento calada. Tinha medo de falar. Aprendi. Diziam que eu não podia ser professora, que não aprendia a ler, que não sabia falar! A palavra dói, as vezes falta voz. O grupo, o movimento nos fortaleceram. Algumas não falavam, tinham vergonha, e as companheiras foram até a minha casa: Fale o que vem na sua boca!”, concluiu Elienaide Flores.

Atividade de construção do Caderno das Marisqueiras

Acompanhe os destaques do Projeto de Monitoramento de Aves a bordo das Unidades Marítimas da Petrobras em Sergipe

Bando de Sterna hirundo (Trinta-réis-boreal) em repouso no guindaste da plataforma PGA-5 (campo de Guaricaema)

O Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna na Bacia de Sergipe/Alagoas (PMAVE-SEAL) é uma das medidas de mitigação exigidas pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA para a licença de operação marítima da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas.

O seu objetivo é registrar todas as ocorrências incidentais envolvendo aves debilitadas, feridas ou mortas encontradas nas 26 plataformas localizadas em Sergipe, monitorar as aglomerações de avifauna nas estruturas das instalações, e executar, quando necessário, procedimentos que envolvam captura, coleta, transporte ou manejo de avifauna, sob orientação técnica, assegurando o bem-estar dos animais e a segurança da equipe e operações.

O monitoramento acontece regularmente na PCM-09, a única plataforma habitada da Petrobras em Sergipe. Nas demais plataformas, o monitoramento ocorre por oportunidade, ou seja, quando se realiza visita para manutenção ou vistoria, o técnico faz a observação e o registro de ocorrências de aves.

Principais registros

Em seis anos de execução, o PMAVE-SEAL registrou 11 tipos de agrupamentos de aves costeiras/marinhas e terrestres. Dentre as aves marinhas, estão as espécies Anous stolidus (Trinta-réis-escuro), Fregata magnificens (Fragata), Puffinus griseus (Pardela-escura), Sterna hirundo (Trinta-réis-boreal), Sterna sp. (Trinta-réis), Sula dactylatra (Atobá grande). Já em relação às espécies terrestres, foram registradas as espécies Columba livia (Pombo doméstico), Columba sp. (Pombo), Crotophaga ani (Anu-preto), Tyrannus melancholicus (Suiriri) e Zenaide auriculata (Avoante). Dessas, apenas Puffinos griseus é tida como “quase ameaçada” pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natrureza), embora essa mesma espécie esteja categorizada como “pouco preocupante” na lista vermelha do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Geralmente, as ocorrências concentram-se entre os meses de setembro e fevereiro. A maior ocorrência é a do gênero Sterna , com 98,2% dos registros, sendo que aproximadamente 94,3% das ocorrências do PMAVE ocorreram na plataforma Piranema Spirit, unidade de produção descomissionada em abril de 2021.

No último ano, o PMAVE-SEAL apontou, no período de junho/2023 a maio/2024, apenas um registro de ave nas unidades monitoradas, tratando-se de um indivíduo da espécie Sula dactylatra (Atobá grande) encontrado morto na plataforma PDO-02 (campo de Dourado).
De modo geral, a ocorrências de aves nas plataformas da Petrobras em Sergipe deve-se ao uso das estruturas pelas aves costeiro/marinhas para pouso, descanso e/ou ponto de pesca ou, no caso das aves terrestres, quando transportadas acidentalmente por outras embarcações.

O informativo dos empreendimentos marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe - Alagoas é uma publicação semestral do Programa de Comunicação Social Regional. O programa é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. Esta edição correspondente a 2024.

Unidade de Negócios de Gestão de Ativos em Descomissionamento
Rua Acre, 2504 - Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49.080-010. Responsável pela publicação: Ricardo Leal Costa Santos, Registro Conrerp Nº 309 - 1ª Região. Edição digital - Disponível em **programapeac.com.br**. Fotografias: Núcleo de Educomunicação do PEAC e Banco de Imagens Petrobras.